

Vivos ou mortos?

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Alexandra Barahona de Brito

«O Iraque já não tem salas de violação e câmaras de tortura»

George W. Bush, comentário na Gala Presidencial do Comité Republicano Nacional - 8 Outubro 2003

O anúncio do uso de tortura por militares norte-americanos no Iraque é um exemplo clássico de uma notícia velha: só quem não queria é que não sabia o que estava a acontecer. E ao contrário do que tem dito o governo americano, e como tem vindo a ser demonstrado por vários documentos que têm vindo a público, as torturas de Abu Ghraib não foram apenas excessos de sádicos oficiais de baixa patente. A tortura era uma política aceite e, para alguns casos, sistemática.

De facto, tudo começou quando Bush avisou que iria apanhar Bin Laden, «morto ou vivo», como se a nova «guerra» contra o terrorismo fosse um grande épico western, protagonizado por Bush, xerife da cidade industriosa e virtuosa que é assaltada por um bando de malfeitores liderados por um psicopata. A ética de justiça do far west tem pouco a ver com a ética humanista dos direitos humanos; é muito mais uma ética de retribuição bíblica do primeiro testamento – é um tipo de justiça que pede olho por olho e dente por dente.

Bush não conseguiu apanhar Bin Laden, nem vivo nem morto, mas foi possível capturar vários elementos acusados de pertencer à al-Qaida: para esses, o destino foi o depósito em Guantánamo, onde nunca houve lugar para a ética do direito humanitário internacional. Os presos de Guantánamo foram considerados culpados antes de serem julgados. Estar em Guantánamo já era prova de ser membro da al-Qaida. Eliminou-se assim a presunção da inocência no discurso público da administração norte-americana. Os presos foram declarados não-combatentes inimigos e, portanto, não sujeitos à protecção dos direitos contida nas Convenções de Genebra. Foi esta a fórmula usada pela administração norte-americana para colocar os presos de Guantánamo num limbo legal, onde não teriam qualquer direito a serem tratados de acordo com as normas internacionais.

Foi também durante este período, imediatamente após a invasão do Afeganistão, que se ouviram as primeiras notícias de uma prática agora bastante corrente: a detenção de suspeitos em países terceiros, onde o olhar público não trespassa os muros das cadeias, como o fará nos Estados Unidos, para denunciar o uso de tortura. Desta forma, a administração norte-americana podia usar a tortura indirectamente, tirando proveito dos seus potenciais «benefícios» em termos de recolha de informação, sem ter de pagar o preço político pelo repúdio desses mesmos métodos.

Depois veio a invasão do Iraque. E chegaram-nos as imagens de Abu Ghraib Mas as origens de Abu Ghraib são ainda mais longínquas: estão no Texas, quando esse Estado era liderado por um Governador Bush, campeão da death row – o governante eleito que ordenou mais execuções do que qualquer outro, ainda vivo, na história dos Estados Unidos; estão na campanha sistemática da administração Bush contra o Tribunal Penal Internacional. Desconhece-se o número exacto de países pressionados a aceitar acordos bilaterais de não cooperação com o TPI quando se trata de soldados ou funcionários norte-americanos, mas estima-se que uns 30 já cederam à pressão da administração Bush e assinaram esses acordos, que violam o direito internacional. Pensando melhor, talvez as origens sejam ainda mais distantes e nós é que temos a memória curta: talvez estejam noutra grande medo, a paranóia anti-comunista, que na política externa norte-americana se expressou com especial violência na América Latina e na América Central. Há manuais da CIA que descrevem as técnicas usadas no Iraque que datam dos anos 60. Como diz um artigo no Baltimore Sun, «a tortura é tão americana como o apple pie».

As técnicas que vemos agora, e as que estão a ser usadas e que ainda não «vimos», foram utilizadas sistematicamente no Vietname e na América Latina. E alguns dos protagonistas dessa história escura são agora figurantes no drama do Iraque: John Negroponte, que substituirá Bremer, estava ligado aos contra anti-sandinistas e a elementos das forças armadas das Honduras que participaram em esquadrões da morte; James Steele, que é conselheiro no Iraque para as forças militares norte-americanas, é também veterano do conflito no El Salvador nos anos 80, tendo sido o oficial militar de mais alta patente nesse país em 1985. Ou seja, com o regresso do medo e da paranóia, regressam também os velhos guerreiros, e as velhas técnicas.

Caso se julgue que esta tendência é apenas made in America, vale a pena lembrar que nós, os europeus, também temos uma história negra: os portugueses no Ultramar, os franceses na Argélia, os ingleses na Irlanda do Norte, os belgas no Congo - a lista é longa. A nossa postura não pode ser a afirmação que os americanos são piores e nós

somos virtuosos: devemos denunciar esta administração e reafirmar os valores dos direitos fundamentais em todo o lado, porque o mesmo processo de securitização das relações políticas pode produzir efeitos igualmente nocivos na «civilizada» Europa.

Abu Ghraib não é um acidente; não é um excesso por parte de oficiais de baixa patente. É o resultado de uma política e de uma postura que sustentam que para terroristas não há direitos humanos, porque os terroristas não são «nem direitos nem humanos» ; uma postura que diz que quem se opõe aos Estados Unidos no Iraque só pode ser terrorista (que outra razão haveria para usar a violência contra um país que apenas pretende trazer a paz e a democracia para o Iraque?) É uma política que diz, implicitamente, que para eliminar a ameaça vale tudo, mesmo limitar as liberdades – que são precisamente o principal alvo dos terroristas. É uma política que, afinal, concede a vitória ao inimigo ao tornar menos livres as sociedades que ele despreza. Vale a pena relembrar um episódio da história recente. Após o 11 de Setembro, afirmou-se que este teria sido o primeiro atentado terrorista em território americano, e referia-se Pearl Harbour como o único evento comparável. Mas o facto é que o primeiro atentado em território norte-americano teve lugar em 1976, e foi levada a cabo por agentes da DINA, a antiga polícia política da ditadura chilena, contra Orlando Letelier, embaixador de Allende em Washington.

Os agentes da DINA colocaram uma bomba no carro de Letelier, que explodiu em Embassy Row, a poucos quilómetros da Casa Branca, matando Letelier e dois americanos. O que é interessante é que a CIA e diversos sectores da administração norte-americana foram muito próximos da DINA e do regime que a criou. Ou seja, criar monstros para combater os monstros do nosso medo apenas serve para criar os futuros monstros do nosso medo. Bin Laden conta-nos a mesma história. E o desprezo pelo direito internacional repetidamente demonstrado por esta administração contará ainda uma história parecida. Esperemos que sirva de lição e que nos faça relembrar algumas lições históricas. Esperemos também que sirva para fazer com que Bush seja apenas um one term president.